

Globalização, relações comerciais desiguais e dependência econômica: uma abordagem cepalina sobre o comércio exterior entre Brasil e China (2013-2023)

Raphael Ramos Silveira¹

Resumo

O presente artigo investiga a dinâmica recente da balança comercial entre Brasil e China, com base na abordagem teórica da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Utilizando dados detalhados de exportações, importações e indicadores setoriais, busca-se analisar a composição do comércio entre essas duas nações, sobretudo após o advento da globalização. Desde 2009, a China assumiu o posto de principal parceiro comercial do Brasil, tanto em exportações quanto em importações, desempenhando um papel crucial no saldo comercial positivo do país. No entanto, o padrão de comércio revela uma especialização regressiva, com o Brasil exportando predominantemente produtos primários, como soja, minério de ferro e petróleo, enquanto importa bens manufaturados.

Essa dinâmica bilateral evidencia desequilíbrios comerciais significativos, com um superávit expressivo em *commodities* agropecuárias e minerais, combinado com um déficit considerável no setor de manufatura. O estudo destaca, a partir da abordagem cepalina, a necessidade urgente de reavaliar o posicionamento do Brasil nas cadeias globais de produção e formular políticas que promovam o desenvolvimento produtivo e tecnológico, reduzindo a dependência econômica das *commodities* agrominerais. À luz desse contexto internacional e das relações comerciais Brasil-China, são essenciais novas estratégias de política econômica que incluam iniciativas industriais para reduzir as condições de dependência econômica brasileira e fortalecer o desenvolvimento nacional.

Palavras-chave: Globalização; comércio exterior; dependência econômica.

Área de submissão: 6 – Globalização e competitividade regional.

Classificação JEL: B27; B5; F01; F02; F1; F63; N40; O57; R11.

Abstract

This article investigates the recent dynamics of the trade balance between Brazil and China, based on the theoretical approach of CEPAL (Economic Commission for Latin America and the Caribbean). Using detailed data on exports, imports and sectoral indicators, we seek to analyze the composition of trade between these two nations, especially after the advent of globalization. Since 2009, China has assumed the position of Brazil's main trading partner, both in exports and imports, playing a crucial role in the country's positive trade balance. However, the trade pattern reveals a regressive specialization, with Brazil predominantly exporting primary products, such as soybeans, iron ore and oil, while importing manufactured goods.

This bilateral dynamic highlights significant trade imbalances, with a significant surplus in agricultural and mineral commodities, combined with a considerable deficit in the manufacturing sector. The study highlights, based on CEPAL's approach, the urgent need to reevaluate Brazil's position in global production chains and formulate policies that promote productive and technological development, reducing economic dependence on agromineral commodities. In light of this international context and Brazil-China trade

¹ Economista, jornalista, especialista em Relações Internacionais e em Comércio Exterior pela Universidade Anhembi Morumbi e mestrando em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (PPGE/UFPA). E-mail: raphaelramossilveira@yahoo.com.br.

relations, new economic policy strategies that include industrial initiatives are essential to reduce conditions of Brazilian economic dependence and strengthen national development.

Keywords: Globalization; foreign trade; economic dependence.

JEL Classification: B27; B5; F01; F02; F1; F63; N40; O57; R11.

Introdução

Podemos dizer que o estudo do comércio e das finanças internacionais é onde começa a economia como nós a conhecemos. Por isso, o estudo da economia internacional nunca foi tão importante quanto agora. No começo do século XXI, as nações estão mais próximas do que nunca por causa da comercialização de mercadorias e serviços, dos fluxos de dinheiro e dos investimentos nas economias estrangeiras (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015).

Sendo assim, não parece razoável estabelecer, à primeira vista, comparações entre países tão diferentes como Brasil e China. Muito distantes geograficamente entre si e com raízes histórico-culturais profundamente distintas, ambas as nações conformam sociedades caracterizadas por especificidades únicas que, de fato, as afastam mutuamente; porém, por outro lado, há aspectos que as unem de maneira singular, especialmente na era atual marcada pelo fenômeno da globalização².

Em 2024, Brasil e China completam cinco décadas de relações diplomáticas, no ápice de seu comércio bilateral. De fato, os números são realmente impressionantes. Em 2023, o “Dragão” asiático tornou-se o primeiro a comprar mais de US\$ 100 bilhões em produtos brasileiros em um único ano (US\$ 104,3 bilhões), o que corresponde a 30,7% de nossas exportações e 52% do superávit recorde da balança brasileira no período (de US\$ 98,8 bilhões). Além disso, manteve também sua folgada liderança como fornecedor de produtos manufaturados, com 22,1% das nossas importações (CANÔNICO, 2024).

Segundo Villela (2004), Brasil e China estão entre as principais economias em desenvolvimento. Esses países, considerando tanto a população quanto a extensão territorial, estão entre os cinco maiores do globo. Além disso, enfrentam desafios semelhantes, como as chamadas “ilhas de modernidade”³ coexistindo com altos níveis de desigualdade socioeconômica. O Brasil, por exemplo, possui uma das distribuições de renda mais desiguais do mundo; enquanto a China se destaca por significativas diferenças entre as zonas rurais e urbanas. O grande desafio destes países, no século XXI, será a redução de tais desigualdades, por meio da elevação da capacidade de consumo e do nível

² Globalização é um processo de crescente integração e interdependência entre os países, envolvendo aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos. Esse fenômeno é caracterizado pela expansão do comércio internacional, a movimentação de capitais, a difusão de tecnologias, a migração de pessoas, e a troca de informações e ideias. A globalização facilita o intercâmbio global de bens e serviços, promove o desenvolvimento de mercados globais e cria uma rede complexa de interações entre as nações. Todavia, ela também pode aprofundar desigualdades econômicas e culturais, além de provocar desafios ambientais e sociais. Para mais detalhes sobre o conceito de globalização, ver Giddens (2000), Santos (2000) e Gómez (2003).

³ O conceito de “ilhas de modernidade” refere-se a áreas ou segmentos dentro de um país ou região que apresentam altos níveis de desenvolvimento tecnológico, econômico e social, contrastando fortemente com as áreas circundantes que podem ser menos desenvolvidas. Essas “ilhas” podem ser cidades, zonas industriais, parques tecnológicos, ou mesmo setores específicos dentro de uma economia que se destacam por sua modernização e avanços, enquanto o restante da região ou país permanece relativamente subdesenvolvido ou tradicional.

de qualidade de vida de suas populações, melhorando a distribuição de renda nacional (VILLELA, 2004).

Conforme aponta Villela (2004), os primeiros intercâmbios entre o governo do Brasil e o governo da China aconteceram no fim do século XIX. Com essas interações, o governo brasileiro buscava importar trabalhadores chineses para suprir a necessidade de mão-de-obra, especialmente no setor cafeeiro. No entanto, o plano de imigração chinesa não se realizou devido à rejeição do governo chinês, pelo fato de o Brasil ainda manter, à época, marcantes e arraigadas relações de trabalho escravo. Em vez disso, o Brasil recebeu imigrantes de outras regiões, incluindo europeus (principalmente italianos, alemães e espanhóis) e japoneses.

Em 1911, após uma série de rebeliões, a monarquia foi destituída e Sun Yat-Sen, líder da Liga Revolucionária, proclama a República da China, no episódio que ficou conhecido como Revolução Xinhai. Já em 1913, o Brasil reconheceu a independência chinesa e, um ano depois, já havia instalado uma missão diplomática em Pequim. De 1911 até 1949, contudo, as relações sino-brasileiras foram praticamente diplomáticas, apenas.

Com a fundação da República Popular da China, em 1949, pelo líder comunista Mao Tsé-Tung, o Brasil rompeu relações com a China continental e passou a reconhecer a China Nacionalista (Taiwan) como a legítima representante do povo chinês. Em 1961, o governo brasileiro esboçou uma reaproximação com a República Popular da China por meio de uma missão comercial encabeçada pelo vice-presidente João Goulart, que viajou a Pequim.

No entanto, com o Golpe Militar de 1964 no Brasil, uma missão comercial chinesa que estava no país foi detida, causando obstáculos à reaproximação. Foi somente em agosto de 1974 que o presidente militar Ernesto Geisel restabeleceu, oficialmente, as relações diplomáticas com a China, lançando as bases para um relacionamento bilateral bem-sucedido que se desenvolveu e consolidou nas décadas seguintes, como veremos a seguir⁴.

A partir da década de 1980, a globalização acelerou a divisão internacional do trabalho e o comércio global, levando à fragmentação da produção e à especialização vertical dos países em várias etapas de produção, em contraste com a especialização anterior em produtos e serviços específicos (BALDWIN, 2013). O fortalecimento das economias emergentes trouxe maior liquidez e aumento dos preços das *commodities* no mercado global, impulsionando as relações comerciais, especialmente entre países em desenvolvimento como Brasil e China (BALDWIN, 2013).

Na primeira década do século XXI, as exportações brasileiras foram influenciadas pela liberalização comercial e pelo crescimento das economias emergentes. Os preços internacionais mais altos e a demanda externa crescente impulsionaram as exportações de produtos intensivos em recursos naturais, como *commodities* agrícolas e minerais, resultando em uma pauta exportadora predominantemente voltada para produtos de baixo valor agregado (VERÍSSIMO, 2016).

No contexto da economia global, a China emergiu como um ator crucial após suas reformas econômicas, iniciadas a partir da década de 1970. Em 2000, suas exportações totalizaram US\$ 250 bilhões, com US\$ 1,2 bilhões indo para o Brasil. Em 2009, o gigante asiático tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil. Mas o destaque da China não

⁴ Para informações mais detalhadas sobre o histórico das relações bilaterais entre Brasil e China, seus afastamentos e (re)aproximações, ver Cabral (2000); Villela (2004); Oliveira (2016); Lima (2016); Lima (2023).

foi apenas temporário; mesmo durante a crise de 2008⁵, o país manteve um desempenho econômico sólido. Em 2018, suas exportações atingiram US\$ 2,494 trilhões, consolidando sua posição como a maior economia exportadora do mundo, com um crescimento do comércio de 2,31%, em comparação com o crescimento mundial de 3,50% (WEO/FMI e WTO/OMC, 2024).

Progresso e crescimento econômicos são essenciais para que nações em desenvolvimento alcancem níveis superiores de bem-estar, reduzam desigualdades de renda e criem mais oportunidades de emprego. Nesse sentido, pesquisadores têm explorado questões cruciais, como por que alguns países prosperam enquanto outros estagnam, e o que influencia e/ou estimula o crescimento econômico. Diante das inúmeras respostas aos questionamentos, o papel do comércio internacional é, frequentemente, debatido como um fator determinante nesse processo.

No entanto, as teorias convencionais já não são suficientes para explicar a atual e complexa dinâmica do comércio internacional. Por essa razão, o estruturalismo da CEPAL oferece uma abordagem teórica robusta e crítica para compreender as especificidades do desenvolvimento econômico na América Latina, e especialmente no Brasil. Ao investigar as estruturas econômicas, destacar as relações de dependência centro-periferia e propor a industrialização por substituição de importações, entre outras contribuições analíticas, a CEPAL forneceu uma base para políticas que visam superar os desequilíbrios internos e externos que perpetuam o subdesenvolvimento. A ênfase no papel ativo do Estado e na busca por um desenvolvimento autônomo reforça a relevância dessa abordagem, mesmo diante das críticas e mudanças políticas ao longo das décadas.

Por meio da análise dos dados sobre o comércio exterior sino-brasileiro e das contas nacionais nas últimas décadas, analisamos, sob a perspectiva da teoria da CEPAL, a hipótese de que as relações comerciais entre o Brasil e a China, no período de 2013 a 2023, são caracterizadas por uma troca desigual, com o Brasil exportando principalmente produtos primários e importando bens industrializados de maior valor agregado. Isto tem possivelmente contribuído para a manutenção da dependência econômica do Brasil e a perpetuação de suas desigualdades estruturais.

O trabalho está estruturado em quatro seções, além desta Introdução. Na primeira seção, são apresentados os principais postulados teóricos da CEPAL que norteiam o estudo: relações desiguais de troca, subdesenvolvimento e dependência econômica. A segunda seção contextualiza as relações comerciais sino-brasileiras, destacando os principais dados do comércio exterior entre Brasil e China, no período entre 2013 e 2023. Na terceira seção, são identificadas e analisadas as principais assimetrias nas relações comerciais Brasil-China na última década, à luz da teoria cepalina. Por fim, encontram-se as Considerações Finais.

1. A teoria cepalina: relações desiguais de troca, subdesenvolvimento e dependência econômica

As principais teorias do comércio internacional têm sido historicamente importantes para a compreensão das dinâmicas econômicas globais e na promoção do

⁵ A crise de 2008, também conhecida como a “Crise do Subprime”, foi um colapso econômico que teve início nos Estados Unidos devido à quebra do mercado de hipotecas (*subprime*), onde bancos concederam muitos empréstimos imobiliários de alto risco. Quando muitos mutuários inadimplentes não conseguiram pagar suas hipotecas, a bolha imobiliária estourou, levando à falência de grandes instituições financeiras e ao colapso do mercado de crédito. O impacto se espalhou rapidamente pelo mundo, resultando em recessão global, altas taxas de desemprego e quedas significativas nos mercados de ações.

desenvolvimento econômico. Nesse sentido, cada teoria reflete o contexto histórico e os desafios econômicos de seu tempo.

Das teorias clássicas do comércio internacional – como a Teoria das Vantagens Absolutas⁶, de Adam Smith, e a Teoria das Vantagens Comparativas⁷, de David Ricardo – às teorias neoclássicas, como o Modelo Heckscher-Ohlin⁸, diversas teorias tentaram explicar os padrões de comércio internacional e como sua liberalização poderia levar a uma distribuição mais eficiente dos recursos globais.

No entanto, conforme Souza (2007), as teorias clássica e neoclássica do comércio internacional são estáticas, levando em consideração somente as condições de um dado momento. Assim, não consideravam fatores importantes como a especialização do trabalho e a divisão internacional do trabalho, que opuseram os países do mundo em duas categorias distintas: centrais e periféricos. É nessa conjuntura que, a partir da segunda metade do século XX, surgem teorias que destacam a natureza essencialmente desigual nas trocas internacionais e em como essas relações têm origem e resultam, ao mesmo tempo, na condição de dependência. Nesse sentido, merece destaque a teoria da CEPAL⁹.

Segundo Souza (2007), o ponto de partida da análise de Raúl Prebisch – um dos principais teóricos da CEPAL – foi a crítica à teoria das vantagens comparativas de

⁶ A Teoria das Vantagens Absolutas, formulada por Adam Smith no século XVIII, defende que um país tem uma vantagem absoluta na produção de um bem quando ele pode produzir esse bem utilizando menos recursos (ou com maior eficiência) do que outro país. Para Smith, os países devem se especializar na produção dos bens em que possuem vantagem absoluta e trocar esses bens com outros países. Isso aumentaria a eficiência econômica global, permitindo que todos os países se beneficiem do comércio internacional, pois cada país estaria produzindo aquilo que faz de forma mais eficiente. Essa especialização e troca promovem o crescimento econômico e a prosperidade geral. Para mais, ver Smith (1983).

⁷ A Teoria das Vantagens Comparativas, desenvolvida por David Ricardo, argumenta que os países devem se especializar na produção dos bens para os quais têm o menor custo de oportunidade, mesmo que não tenham uma vantagem absoluta na produção desses bens. Logo, um país possui vantagem comparativa na produção de um bem se puder produzi-lo a um custo de oportunidade mais baixo do que outros países. Ao se especializarem nos bens para os quais possuem vantagens comparativas, os países podem aumentar a eficiência global e os benefícios do comércio, mesmo que um deles seja mais eficiente na produção de ambos os bens. Para mais, ver Ricardo (1982).

⁸ O modelo Heckscher-Ohlin é uma teoria do comércio internacional que explica as vantagens comparativas com base na dotação de fatores de produção de um país, como trabalho, capital e terra. Concebido por Eli Heckscher e Bertil Ohlin, o modelo postula que os países exportam bens cuja produção é intensiva nos fatores de produção que eles possuem em abundância e importam bens cuja produção é intensiva nos fatores de que são relativamente escassos. Assim, os países aumentariam a produção global e os ganhos mútuos.

⁹ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi estabelecida em 1948, como uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas, com o objetivo de colaborar com os governos da região para melhorar os padrões de vida e fortalecer as relações comerciais entre os Estados membros e o restante do mundo. Durante os seus primeiros anos, a CEPAL desenvolveu uma abordagem estruturalista única, que se destacou pela preocupação com o crescimento equitativo, progresso técnico e justiça social, e também pela monitoração contínua de questões globais emergentes, como o desenvolvimento sustentável e a segurança energética. A teoria da CEPAL surgiu em um contexto de pós-Segunda Guerra Mundial, quando muitos países da América Latina buscavam estratégias de desenvolvimento econômico que os afastassem da dependência de exportações primárias e da vulnerabilidade aos mercados internacionais. O modelo de substituição de importações, promovido pela CEPAL, foi uma resposta às dificuldades enfrentadas pelas economias latino-americanas em alcançar um desenvolvimento equilibrado e sustentável. A importância da CEPAL reside na sua capacidade de fornecer uma análise crítica e alternativas de desenvolvimento que consideram as especificidades das economias latino-americanas. Suas contribuições têm sido fundamentais para o entendimento das relações desiguais de troca e da dependência econômica, conceitos que continuam a influenciar a formulação de políticas e a pesquisa acadêmica em desenvolvimento econômico. A adaptação contínua das suas teorias ao longo das décadas, como a promoção da integração econômica regional, demonstra a relevância persistente das ideias da CEPAL no contexto global em constante mudança. Entre os principais autores do pensamento cepalino, destacam-se o argentino Raúl Prebisch e o brasileiro Celso Furtado.

Ricardo, segundo a qual os países deveriam especializar-se na produção daqueles produtos para os quais apresentassem vantagens comparativas de custo. Sob essa lógica, a América Latina produziria alimentos e matérias-primas para a exportação e importaria produtos manufaturados. A ideia, segundo a autora, era a de que o progresso técnico gerado nos países centrais, incorporado nas importações, difundir-se-ia nos países periféricos, pela redução dos preços dos produtos manufaturados importados. Do mesmo modo, a menor incorporação de tecnologia na produção primária e o crescimento da demanda dos países centrais, dado o aumento de sua renda, elevariam os preços dos produtos primários. Com isso, as relações de troca melhorariam em benefício dos países exportadores de produtos primários (SOUZA, 2007).

Foi nesse contexto que Prebisch propôs a teoria da deterioração dos termos de troca¹⁰. Segundo essa teoria, os países em desenvolvimento que exportam produtos primários enfrentam uma tendência de longo prazo de deterioração nos termos de troca em relação aos países industrializados que exportam bens manufaturados. Isso significa que os preços dos produtos primários tendem a cair em relação aos preços dos produtos manufaturados, resultando em desvantagens comerciais e desigualdade para os países exportadores de matérias-primas e *commodities*. Conforme aponta Prebisch (2011):

Quanto mais ativo for o comércio exterior da América Latina, tanto maiores serão as possibilidades de aumentar a produtividade de seu trabalho, mediante uma intensa formação de capital. A solução não está em crescer à custa do comércio exterior, mas em saber extrair, de um comércio exterior cada vez maior, os elementos propulsores do desenvolvimento econômico. Se esse raciocínio não fosse suficiente para nos convencer da estreita ligação entre o desenvolvimento econômico e o intercâmbio, alguns fatos que vêm ocorrendo seriam suficientes para evidenciá-la. A maioria dos países latino-americanos aumentou intensamente sua atividade econômica, encontrando-se num nível de emprego relativamente alto, se comparado com o anterior à guerra. Esse nível elevado de emprego também exige importações elevadas, seja de artigos de consumo, tanto imediato quanto duradouro, seja de matérias-primas e bens de capital. E, em muitos casos, as exportações mostram-se insuficientes para satisfazê-las. (PREBISCH, 2011, p. 73).

Além disso, a CEPAL introduziu a ideia de uma estrutura econômica mundial dividida entre centro e periferia. Sendo assim, o centro é composto pelos países industrializados e desenvolvidos, enquanto a periferia inclui os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Logo, a relação entre centro e periferia é marcada, nas relações comerciais globais, por uma divisão internacional do trabalho em que a periferia exporta produtos primários e importa bens industrializados do centro. Essa estrutura, por sua vez, perpetua a dependência econômica e a desigualdade entre os países.

Em resumo, Prebisch (2011) adverte que, apesar de haver maior progresso técnico na indústria em comparação à produção primária, a relação de preços se deteriorou para esta última. Isso sugere que a renda média por trabalhador cresceu mais nos centros industrializados do que nos países periféricos produtores. Para entender esse fenômeno, é necessário relacioná-lo ao ciclo econômico e à sua manifestação no centro e na periferia,

¹⁰ Os termos de troca, segundo a teoria da CEPAL, são a relação entre os preços das exportações e os preços das importações de um país. Eles são calculados como a razão entre o índice de preços de exportação e o índice de preços de importação. A deterioração dos termos de troca ocorre quando os preços dos produtos primários (exportações dos países em desenvolvimento) caem em relação aos preços dos produtos manufaturados (importações dos países em desenvolvimento). Logo, isso significa que os países em desenvolvimento precisam exportar cada vez mais uma quantidade maior de produtos primários para importar a mesma quantidade de produtos manufaturados.

pois o ciclo é característico do crescimento da economia capitalista, e o aumento da produtividade é um fator crucial desse crescimento. Sobre a teoria do ciclo, que explica a deterioração dos termos de troca, Prebisch (2011) esclarece:

Durante a fase ascendente, uma parte dos lucros vai-se transformando em aumento de salários, em virtude da concorrência dos empresários entre si e da pressão exercida em todos eles pelas organizações trabalhistas. Quando, na fase descendente, o lucro tem que se contrair, a parte que se transformou nos citados aumentos perde sua liquidez no centro, em virtude da conhecida resistência à queda dos salários. A pressão desloca-se então para a periferia, com força maior do que a naturalmente exercível, pelo fato de não serem rígidos os salários ou os lucros no centro, em virtude das limitações da concorrência. Assim, quanto menos a renda pode contrair-se no centro, mais ela tem que fazê-lo na periferia. (PREBISCH, 2011, p. 87).

Por essa razão, Prebisch (2011) argumenta que, nos centros econômicos, as massas têm uma maior capacidade de obter aumentos salariais durante as fases de crescimento e de manter seu padrão de vida durante as fases de declínio. Além disso, esses centros, devido ao seu papel no processo produtivo, conseguem transferir a pressão cíclica para a periferia, forçando-a a reduzir sua renda de forma mais acentuada do que nos centros. Isso explica por que a renda dos centros tende a crescer mais rapidamente do que nos países periféricos, conforme evidenciado pela experiência da América Latina. Essa dinâmica revela por que os grandes centros industriais não apenas mantêm os benefícios das inovações técnicas em suas próprias economias, mas também conseguem capturar parte dos benefícios do progresso técnico ocorrido na periferia (PREBISCH, 2011).

Como visto, uma das preocupações principais dos intelectuais da CEPAL era a necessidade de construção de um *corpus* teórico específico e original que, rechaçando o “falso sentido de universalidade” das teorias econômicas convencionais, compreendesse o subdesenvolvimento nas condições da periferia latino-americana não como uma etapa pela qual tenham, necessariamente, atravessado as economias que já alcançaram nível superior de desenvolvimento, mas como um processo inédito, cujos desdobramentos históricos seriam únicos devido à especificidade de suas experiências. Portanto, era esperado que as consequências e resultados fossem diferentes dos que ocorreram no desenvolvimento dos centros capitalistas.

Celso Furtado foi, nesse aspecto, o intelectual cepalino que mais reconheceu e se dedicou a incluir, em suas análises, a necessidade da legitimação histórica. Suas obras sobre história econômica brasileira e latino-americana, bem como sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, tornaram-se clássicos da literatura econômica e conformaram uma tradição no seio da CEPAL, cujo esforço primordial era o de compreender o subdesenvolvimento como um fenômeno histórico *sui generis*, necessitando, por essa razão, de uma teorização específica. Segundo Furtado (2000):

O subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob várias formas e em diferentes estágios. [...] Como fenômeno específico que é, o subdesenvolvimento requer esforço de teorização autônomo. A falta desse esforço tem levado muitos economistas a explicar, por analogia à experiência das economias desenvolvidas, problemas que só podem ser bem equacionados a partir de uma adequada compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento. (FURTADO, 2000, p. 261-262).

Ao chamar a atenção para esse aspecto, Furtado (2000) destaca que a estrutura econômica da região onde penetrou a empresa capitalista não se modifica, necessariamente, como consequência dessa penetração. Ao contrário do fenômeno observado na Europa durante a primeira fase do desenvolvimento da economia capitalista, quando formas de vida arcaicas foram paulatinamente absorvidas e, conseqüentemente, suprimidas pelo novo modo de produção capitalista, o mesmo não ocorreu nas economias latino-americanas. Isto porque “a empresa capitalista, ao ser instalada na nova região, absorveu apenas uma parcela da mão de obra disponível, cujos salários foram determinados não pelo seu nível de produtividade, mas pelas condições de vida preexistentes nessa região” (FURTADO, 2000, 254).

Para o autor, as estruturas coloniais e pós-coloniais moldaram as economias latino-americanas, criando dependências externas e concentrando o poder econômico nas mãos de elites locais e multinacionais. É por essa razão que o autor enfatiza a importância de uma análise histórica para compreender essas estruturas e, diante de suas complexidades, propõe uma abordagem crítica para superar o subdesenvolvimento e as diversas formas de dependência¹¹ pois, em suas palavras, “a empresa capitalista que penetra em uma região de velha colonização e estrutura econômica arcaica não se vincula, dinamicamente, a esta última, pelo simples fato de que a massa de lucros por ela gerados não se integra à economia local” (FURTADO, 2000, p. 254).

Como visto, o estruturalismo da CEPAL centra-se na análise das estruturas econômicas dos países latino-americanos. A abordagem cepalina defende que o subdesenvolvimento é resultado de características estruturais específicas, como a dependência de exportações de produtos primários e a importação de bens manufaturados. Essa estrutura provoca, deste modo, desequilíbrios comerciais e vulnerabilidade a choques externos, perpetuando o subdesenvolvimento. Como resposta às limitações estruturais, a CEPAL propôs a estratégia de industrialização por substituição de importações¹². Essa política buscava reduzir a dependência de importações através da promoção da industrialização doméstica, por meio da adoção de tarifas protecionistas, investimento em infraestrutura e apoio estatal ao desenvolvimento de indústrias locais. O objetivo era criar um mercado interno robusto que sustentasse o crescimento econômico.

¹¹ Para Celso Furtado, a dependência econômica dos países em desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos também possui uma dimensão cultural. Ele argumenta que essa dependência cultural se manifesta através da imposição de valores, normas e estilos de vida dos países centrais sobre os periféricos, frequentemente via meios de comunicação, educação e consumo de bens culturais. Isso leva à desvalorização das culturas locais e à imitação dos padrões culturais estrangeiros, perpetuando um ciclo de dependência, que contribui para a reprodução das desigualdades, desestimula a inovação local e pode impactar negativamente a identidade e coesão social das sociedades periféricas. Para superar a dependência, Furtado defende a necessidade não apenas de um desenvolvimento econômico, mas também de uma emancipação cultural que valorize e promova as tradições e identidades locais, possibilitando que os países em desenvolvimento percorram caminhos autônomos e sustentáveis de progresso. Para mais, ver Furtado (2008).

¹² A Industrialização por Substituição de Importações (ISI) foi uma estratégia de desenvolvimento econômico adotada por muitos países da América Latina e outras regiões em desenvolvimento durante meados do século XX. Esta abordagem visava reduzir a dependência de importações de bens manufaturados ao fomentar o desenvolvimento de indústrias locais capazes de produzir esses bens internamente. Embora tenha alcançado alguns sucessos iniciais, a estratégia de ISI começou a declinar, na década de 1980, devido a crises econômicas, insustentabilidade da dívida externa e pressões para liberalização econômica. Assim, muitos países da América Latina e outras regiões em desenvolvimento passaram a adotar políticas neoliberais, promovendo a abertura comercial, privatização e redução da intervenção estatal na economia. Não obstante, o estudo da ISI ainda oferece lições valiosas acerca das complexidades do desenvolvimento econômico e da necessidade de equilibrar protecionismo e competitividade no mercado global.

Sobre a industrialização nas economias dependentes, destaca-se a análise precisa de Maria da Conceição Tavares, que recentemente nos deixou. Tavares analisou profundamente o desenvolvimento econômico do Brasil e da América Latina, enfatizando as especificidades regionais e as dinâmicas internas que diferem dos modelos desenvolvimentistas clássicos. Assim como os demais cepalinos, ela também se tornou conhecida por criticar a visão ortodoxa do desenvolvimento e por propor abordagens que sopesem as realidades sociais e históricas locais.

Como parte da tradição estruturalista, influenciada pela CEPAL, Tavares enfatizou a forma pela qual as estruturas econômicas influenciam o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. À sua maneira, ela contribuiu para a análise das relações de dependência e a dinâmica centro-periferia, além de propor um modelo de desenvolvimento autônomo. Afirma Tavares:

A economia brasileira foi no século passado uma economia primário-exportadora tradicional, à semelhança das dos demais países latino-americanos. Como todos eles, também fazia parte da periferia do centro dominante e seu processo de desenvolvimento, voltado para fora, tinha o seu dinamismo atrelado ao crescimento da demanda pelos seus produtos de exportação, por parte das economias líderes. Além disso, uma vez que a sua atividade de exportação se concentrava em um ou dois produtos, era uma economia reflexa em toda a extensão do termo, isto é, não só importava as crises das economias de que dependia como também era extremamente vulnerável às flutuações ocorridas nos preços internacionais desses produtos. (TAVARES, 1977, p. 59).

Diante dos gargalos, limites e desafios ora expostos, Tavares propõe uma alternativa estratégica para o caso brasileiro. No entanto, não se trata mais do “velho” modelo de substituição de importações, mas de um “modelo de desenvolvimento verdadeiramente autônomo”:

A menos que o investimento governamental se oriente decididamente no sentido de emprego de mão de obra e que no setor primário, onde se encontra grande parcela de nossa população, se realize uma reforma agrária que conjugue abundantemente o fator terra com o fator trabalho, aumentando a produtividade deste último através da melhoria do uso da terra e não do emprego de técnicas de alta densidade de capital, não antevemos possibilidades de melhorar decisivamente a situação. [...] O problema estratégico que se põe atualmente para a economia brasileira e sobre o qual se sobrepõem os demais problemas de curto prazo é o de que o processo de substituição de importações, enquanto modelo de desenvolvimento, já atingiu o seu estágio final e se apresenta a necessidade de transitar para um novo modelo de desenvolvimento, verdadeiramente autônomo (em que o impulso de desenvolvimento surja dentro do próprio sistema) e no qual os problemas de estrutura terão de ser considerados. (TAVARES, 1977, p. 57 e 115-116).

2. Contextualização das relações comerciais entre Brasil e China (2013-2023)

O comércio bilateral entre Brasil e China tem crescido substancialmente desde a virada do século XXI. De acordo com os dados do Comex Stat, plataforma da Secretaria de Exportação do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (BRASIL/MDIC/Comex Stat, 2024), fica evidente a diferença entre os produtos exportados e os importados no comércio sino-brasileiro. Assim, os gráficos, tabelas e figuras a seguir apresentam a composição dos principais produtos brasileiros exportados

para o gigante asiático e também um resumo comparativo das exportações, importações, corrente comercial e saldo comercial entre os dois países entre 2013 e 2023, com ênfase nos últimos cinco anos desse período. Os dados revelam que, tanto nas exportações quanto nas importações, os principais produtos exportados pelo Brasil para a China são do tipo primário, sem muita agregação de valor, ao passo que os principais produtos importados da China para o Brasil são do tipo industrial, com alto incremento tecnológico.

Esses dados evidenciam não apenas o aumento do comércio bilateral, mas também a relevância significativa da China como parceiro comercial do Brasil. O aumento das exportações brasileiras de *commodities* – como soja, minério de ferro e óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos crus – é justificado pela significativa e voraz demanda por recursos naturais por parte da China.

Vale ressaltar que, em 2019, último ano antes da pandemia de Covid-19, quando o comércio internacional ainda se comportava de modo aparentemente “normal”, a despeito da já abertamente declarada “guerra comercial” entre EUA e China, o perfil das exportações do Brasil para a nação asiática permaneceu consistente com anos anteriores, sendo majoritariamente dominado por três principais produtos: soja, petróleo e minério de ferro. Estes itens combinados representaram aproximadamente 83% das exportações totais naquele ano (Secex/Comex Stat, 2024).

Durante o período representado na figura 1, observa-se que, com exceção do período entre 2014 e 2016 (reflexo da crise política brasileira), as exportações brasileiras para a China cresceram em ritmo bastante acelerado na última década, dado o aumento vertiginoso da demanda chinesa por produtos primários (*commodities*). Seguindo essa trajetória de crescimento, o saldo da balança comercial com a China atingiu o seu ápice em exportações no ano passado, quando o Brasil superou a marca histórica de US\$ 100 bilhões exportados para um único país. Em 2023, foram exatos US\$ 104,3 bilhões exportados para a China, superiores em mais de US\$ 33 bilhões em relação ao total embarcado para o segundo maior parceiro comercial do Brasil, os Estados Unidos.

Figura 1: Saldo da Balança Comercial do Brasil com a China, 2013-2023 (em US\$ bi)



Fonte: Secex (Comex Stat, 2024).

Também no ano passado, a corrente de comércio entre China e Brasil atingiu uma nova marca histórica, totalizando US\$ 157,5 bilhões, representando um aumento de +4,9% em relação ao ano anterior. As exportações brasileiras alcançaram o valor de US\$ 104,3 bilhões (+16,6%), enquanto as vendas chinesas para o Brasil diminuíram em -2,5%, totalizando US\$ 53,1 bilhões. Com isso, o saldo total da balança comercial brasileira com a China atingiu, em 2023, o superávit de US\$ 51,1 bilhões (Figura 2).

Figura 2. Exportações, Importações e Balança Comercial – China (2023)



Fonte: Secex (Comex Stat, 2024).

A China, como principal parceiro comercial do Brasil, recebeu 30,7% de todas as exportações brasileiras no ano passado, em comparação com os 26,8% registrados em 2022. No entanto, a participação chinesa nas importações brasileiras teve uma leve queda no ano passado, representando 22,1%, em comparação com os 22,3% de 2022.

Nos últimos cinco anos, contudo, observa-se um crescimento consistente tanto das exportações quanto das importações no sentido Brasil-China, com uma pequena exceção nestas últimas (Tabela 1). Provavelmente como resultado da pandemia de Covid-19, as importações brasileiras da China aumentaram de US\$ 34,8 bilhões, em 2020, para US\$ 47,7 bilhões, em 2021, e para US\$ 60,7 bilhões, em 2022. Em 2023, porém, foi registrada uma pequena queda nas importações, que atingiram o patamar de US\$ 53,2 bilhões.

Com relação às exportações do Brasil com destino ao gigante asiático no período, destacam-se os saltos de mais de US\$ 20 bilhões entre 2020 e 2021, e de cerca de US\$ 15 bilhões entre 2022 e 2023. Esses saltos fizeram com que, em 2023, as exportações brasileiras para a China alcançassem a marca histórica de mais de US\$ 104 bilhões.

Tabela 1: Exportações e Importações Brasil-China, 2019-2023 (em US\$ bi)

| Período | Fluxo comercial | País | Parceiro | Valor total (US\$ bi) |
|---------|-----------------|--------|----------|-----------------------|
| 2019 | Exportação | Brasil | China | \$63,4 |
| 2020 | Exportação | Brasil | China | \$67,8 |
| 2021 | Exportação | Brasil | China | \$87,9 |
| 2022 | Exportação | Brasil | China | \$89,4 |
| 2023 | Exportação | Brasil | China | \$104,3 |
| 2019 | Importação | Brasil | China | \$36 |
| 2020 | Importação | Brasil | China | \$34,8 |
| 2021 | Importação | Brasil | China | \$47,7 |
| 2022 | Importação | Brasil | China | \$60,7 |
| 2023 | Importação | Brasil | China | \$53,2 |

Fonte: Elaboração própria. Dados: Secex (Comex Stat, 2024).

Conforme demonstrado pela tabela 2, abaixo, o saldo comercial total do Brasil com a China também vem registrando recordes nos últimos cinco anos. Após sucessivos aumentos nos superávits, que saltaram de US\$ 27,4 bilhões, em 2019, para US\$ 40,2 bilhões, em 2021, houve um pequeno recuo em 2022, que registrou um superávit de US\$ 28,7 bilhões. Contudo, a marca mais expressiva do saldo comercial total do Brasil com a China foi registrada em 2023, quando o Brasil alcançou um superávit de US\$ 51,1 bilhões.

Tabela 2: Saldo comercial total Brasil-China, 2019-2023 (em US\$ bi)

| Período | Saldo comercial total (US\$ bi) |
|---------|---------------------------------|
| 2019 | \$ 27,4 |
| 2020 | \$ 33 |
| 2021 | \$ 40,2 |
| 2022 | \$ 28,7 |
| 2023 | \$ 51,1 |

Fonte: Elaboração própria. Dados: Secex (Comex Stat, 2024).

3. Assimetrias das relações comerciais Brasil-China e seus impactos no crescimento econômico

A estrutura das exportações e importações com a China, excluindo territórios aduaneiros especiais, evidencia que o Brasil predominantemente exporta produtos básicos ou primários, enquanto sua pauta de importação consiste principalmente em bens manufaturados. Nos gráficos 1, 2 e 3 são apresentados os três principais produtos exportados do Brasil para a China: soja, óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (crus) e minério de ferro.

Pelos gráficos, nota-se que o volume de exportações dos três produtos apresentou trajetória de crescimento ao longo da última década, com pequenas exceções. No caso da soja, após o volume de exportações atingir o valor de US\$ 27,2 bilhões, em 2018, houve uma queda notável, em 2019, que logo foi revertida por uma série anual crescente, atingindo o valor de US\$ 38,9 bilhões, em 2023.

Com relação aos óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (crus), o volume de exportações cresceu significativamente até 2018 e 2019, quando atingiu a marca de US\$ 15,4 bilhões. Em 2020, ano de início da pandemia de Covid-19, este valor caiu para US\$ 11,3 bilhões, mas logo voltou a crescer, registrando o nível de US\$ 19,7 bilhões em 2023.

O minério de ferro atingiu sua menor marca na década em 2015, quando registrou US\$ 5,7 bilhões em valor exportado. No entanto, esse cenário se reverteu ao longo dos anos seguintes, atingindo o valor de US\$ 28,3 bilhões, em 2021.

Gráfico 1: Exportações Brasil-China (2013-2023): Soja



Fonte: Elaboração própria. Dados: Secex (Comex Stat, 2024).

Gráfico 2: Exportações Brasil-China (2013-2023): Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (crus)



Fonte: Elaboração própria. Dados: Secex (Comex Stat, 2024).

Gráfico 3: Exportações Brasil-China (2013-2023): Minério de ferro



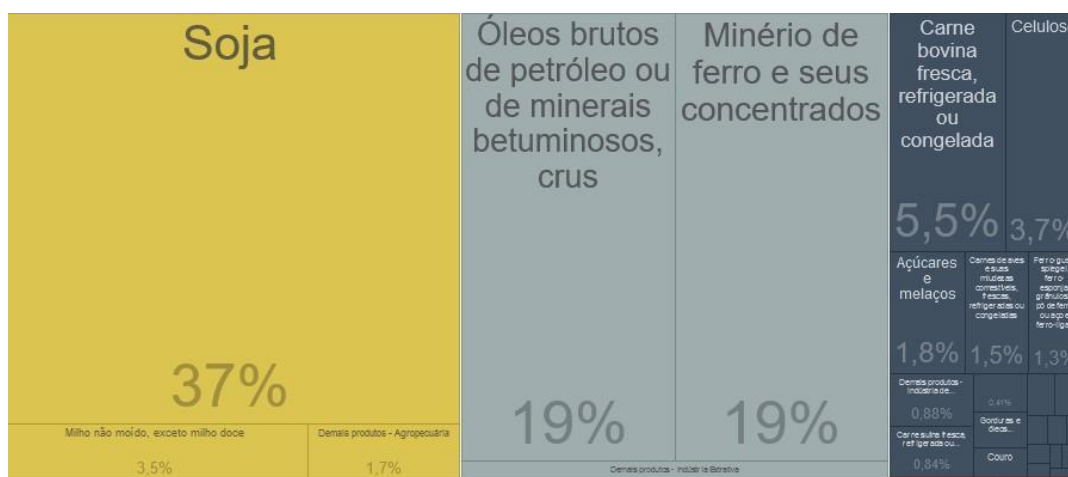
Fonte: Elaboração própria. Dados: Secex (Comex Stat, 2024).

Nas figuras 3 e 4, são apresentados os principais produtos e suas respectivas participações percentuais nas pautas de exportação e importação. A representação por seção ISIC (*International Standard Industrial Classification*) indica, por cores, a classificação dos produtos nos setores econômicos da indústria extrativa (cinza claro), agropecuária (amarelo) e indústria de transformação (escuro). Na figura 3, observa-se que os quatro principais produtos na pauta de exportação foram soja (37%), óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos crus (19%), minério de ferro e seus concentrados (19%), e carne bovina (5,5%), totalizando 80,5% do total exportado para a China. Esses produtos têm baixo valor agregado e tecnologia, sendo predominantemente *commodities*. Apesar de a carne ser classificada como indústria manufatureira, possui baixo nível tecnológico e de transformação industrial.

Nesse sentido, é importante frisar que a concentração das exportações em poucos produtos com essas características, especialmente *commodities*, cujos preços são determinados em mercados externos, pode resultar em dependência econômica em poucos produtos, especialização regressiva em produtos com menor valor agregado e tecnologia, e vulnerabilidade externa devido a flutuações nos preços internacionais.

Por outro lado, a pauta de importação (Figura 4) é mais diversificada e composta principalmente por produtos da indústria de transformação, totalizando mais de 95% do total. Os cinco principais produtos são: válvulas e tubos termiônicos, diodos, transistores (10%), equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios (6%), compostos orgânicos e inorgânicos, ácidos nucleicos e seus sais e sulfonamidas (4,8%), adubos ou fertilizantes químicos (3,1%), e outros produtos da indústria de transformação (4,9%). No comércio com o Brasil, a China impulsiona seu desenvolvimento industrial, especialmente em produtos eletrônicos, de telecomunicações e químicos.

Figura 3. Principais produtos exportados para a China, em percentual e por setor econômico (2023)



Fonte: Secex (Comex Stat, 2024).

Figura 4. Principais produtos importados da China, em percentual e por setor econômico (2023)

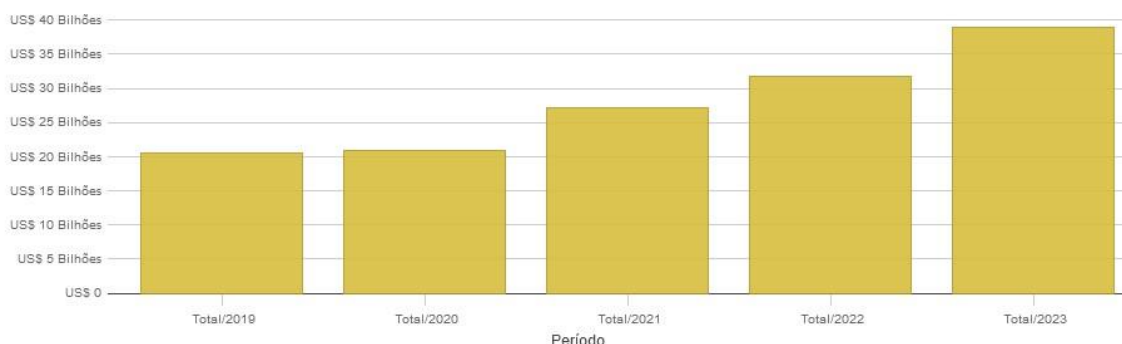
| | | | | | | | | | | | | |
|--|--|---|---------------------------------|--|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou fotocátodo, diodos, transistores | Compostos orgâno-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucleicos e seus sais, e sulfonamidas | Veículos automóveis de passageiros | Compostos de função nitrogenada | Equipamento médico para manuseio, aplicação, punção e... | 1,3% | 1,3% | 1,3% | 1,2% | 1,1% | 1,1% | 1,1% | 1,1% |
| | 4,8% | 2,0% | 1,5% | Bombas, com flujos, controladas de velocidade, ou... | 1,3% | 1,3% | 1,3% | 1,2% | 1,1% | 1,1% | 1,1% | 1,1% |
| Equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios | Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) | Partes e acessórios dos veículos automotivos | Fios têxteis | Outros máquinas e equipamentos | 0,81% | 0,77% | 0,76% | 0,73% | 0,71% | 0,70% | 0,68% | 0,68% |
| | 3,1% | 1,9% | 1,4% | 1,1% | 0,81% | 0,77% | 0,76% | 0,73% | 0,71% | 0,70% | 0,68% | 0,68% |
| Demais produtos - Indústria de Transformação | Insulinas, radicais, fungos, leveduras, cogumelos e extratos para a panificação, e derivados | Partes e acessórios dos veículos automotivos | Outros têxteis | Outros máquinas e equipamentos | 0,85% | 0,85% | 0,85% | 0,85% | 0,85% | 0,85% | 0,85% | 0,85% |
| | 2,9% | 1,9% | 1,4% | 1,1% | 0,85% | 0,85% | 0,85% | 0,85% | 0,85% | 0,85% | 0,85% | 0,85% |
| Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou fotocátodo, diodos, transistores | Máquinas de energia elétrica (exceto plantas elétricas) e suas partes | Equipamentos elétricos e não elétricos de uso doméstico | Acabamento e reparação de... | Outros máquinas e equipamentos | 0,82% | 0,82% | 0,82% | 0,82% | 0,82% | 0,82% | 0,82% | 0,82% |
| | 4,9% | 2,2% | 1,7% | 1,4% | 0,82% | 0,82% | 0,82% | 0,82% | 0,82% | 0,82% | 0,82% | 0,82% |

Fonte: Secex (Comex Stat, 2024).

As figuras 5 e 6 apresentam, por sua vez, a trajetória comercial do produto mais exportado e do produto mais importado pelo Brasil da China, respectivamente, soja e válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou fotocátodo, diodos, transistores. Na figura 5, podemos verificar os montantes exportados de soja entre 2019 e 2023. Em 2019, o valor total exportado foi de US\$ 20,5 bilhões; em 2020, foram US\$ 20,9 bilhões (variação de 2,2%); em 2021, foram US\$ 27,2 bilhões (variação de 30,2%); em 2022, foram US\$ 31,8 bilhões (variação de 16,8%); e em 2023, o valor total exportado foi de US\$ 38,9 bilhões (variação de 22,5%).

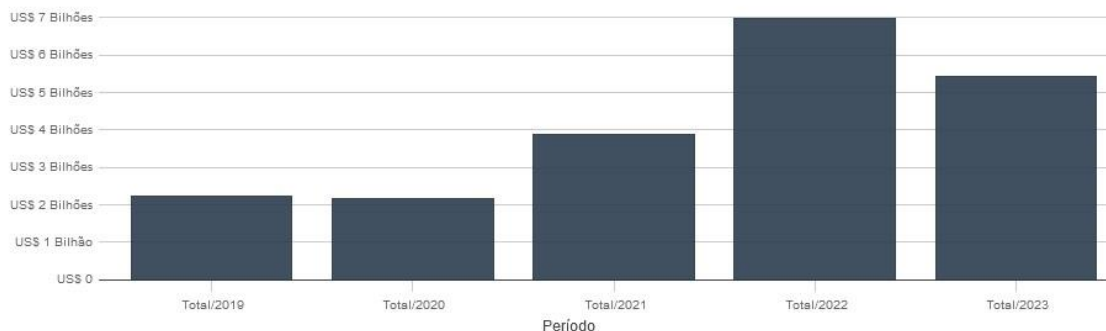
Na figura 6, por sua vez, podemos constatar os montantes importados de válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou fotocátodo, diodos e transistores, entre 2019 e 2023. Em 2019, o valor total importado foi de US\$ 2,2 bilhões; em 2020, foram US\$ 2,2 bilhões (variação de -2,2%); em 2021, foram US\$ 3,9 bilhões (variação de 78,6%); em 2022, foram US\$ 7 bilhões (variação de 79,8%); e em 2023, o valor total importado foi de US\$ 5,4 bilhões (variação de -22,3%).

Figura 5. Panorama da soja exportada para a China (2023)



Fonte: Secex (Comex Stat, 2024).

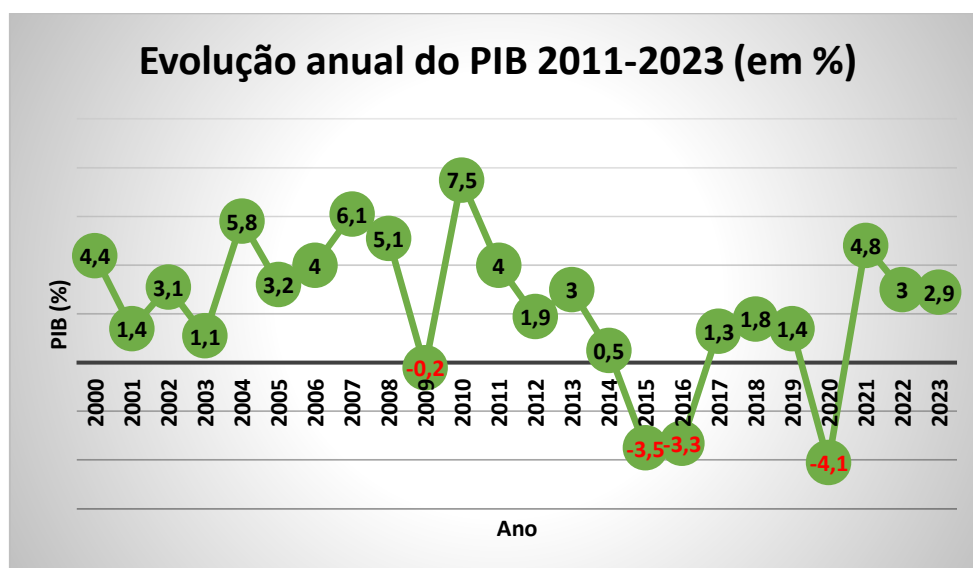
Figura 6. Panorama das válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou fotocátodo, diodos, transistores importados da China (2023)



Fonte: Secex (Comex Stat, 2024).

Em relação ao PIB (Produto Interno Bruto), que é a soma de tudo o que o país produz em determinado período, o Brasil registrou crescimento de 2,9%, em 2023. Em termos nominais, totalizou R\$ 10,9 trilhões no ano. O crescimento foi muito próximo ao de 2022, quando a atividade econômica brasileira teve alta de 3%.

Figura 7. Evolução anual do PIB brasileiro 2000-2023 (em %)



Fonte: Elaboração própria. Dados: IBGE, 2024.

De acordo com a figura 7, nota-se que a trajetória do PIB brasileiro oscilou bastante desde 2000. Apesar da intensa oscilação, o PIB brasileiro apresentou trajetória de franco crescimento na primeira década do século XXI, com destaque para a forte queda de -0,2%, em 2009, e o crescimento vigoroso de 7,5%, em 2010. Entretanto, a segunda década do século XXI foi desastrosa, com quedas muito acentuadas, sobretudo entre 2014 e 2016, reflexo da aguda crise política e institucional (*impeachment* da presidenta Dilma Rousseff), e em 2020, devido à pandemia de Covid-19 (queda de -4,1%).

Por fim, a figura 8 descreve a trajetória do PIB e Exportações do Brasil e PIB e Exportações da China, em dólares correntes, no período de 1980 a 2020, conforme dados

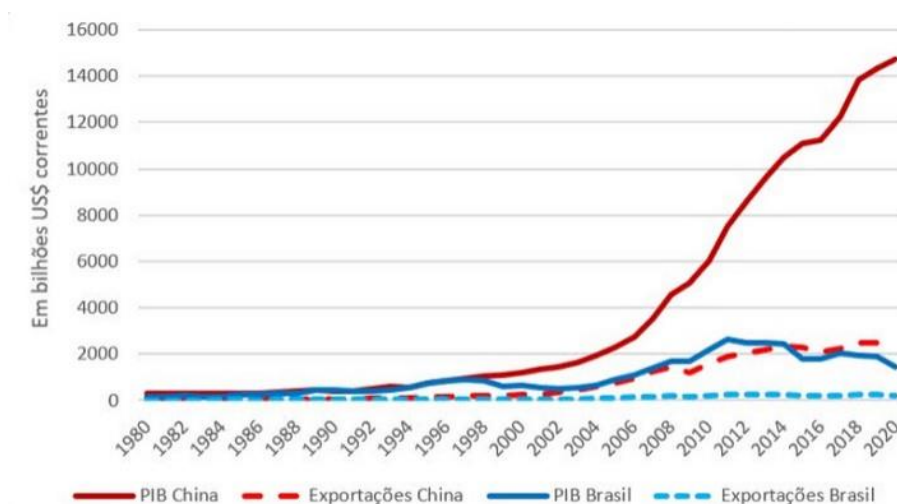
do FMI e da OMC. Ao observar o gráfico, uma disparidade clara é perceptível: no início dos anos 1980, o Brasil chegou a exportar mais do que a China. Em 1984, o Brasil registrou exportações no valor de US\$ 27 bilhões, ou seja, 14% do PIB, enquanto a China exportou US\$ 26 bilhões, ou seja, 8,3% do PIB (WEO/FMI e WTO/OMC, 2024).

No entanto, a partir de meados da década de 1980, as exportações chinesas experimentaram um crescimento exponencial, ultrapassando o valor do PIB brasileiro. Em 2020, com um PIB de US\$ 1,47 trilhão, o Brasil exportou US\$ 210 bilhões (14,6% do PIB), enquanto a China, cujo PIB registrou US\$ 14,69 trilhões, exportou US\$ 2,6 trilhões (18% do PIB). Em outras palavras, as exportações chinesas cresceram tanto que superaram o valor total do PIB brasileiro (WEO/FMI e WTO/OMC, 2024).

Portanto, a expansão do mercado externo impulsionou o crescimento e a diversificação da economia chinesa, levando-a a produzir bens com maior valor agregado. A figura 8 destaca esses valores ao longo do tempo. Até meados da década de 1990, os PIBs de Brasil e China possuíam valores semelhantes. No entanto, o PIB chinês experimentou um aumento impressionante nos anos seguintes, atingindo quase US\$ 15 trilhões, em 2020, enquanto as exportações alcançaram US\$ 2,6 trilhões (18% do PIB).

Segundo Ali e Li (2018), o modelo *Export-led* (liderado por exportações) da China também se traduziu em um modelo *Wage-led* (liderado por salários)¹³. Isso se deu pois o aumento das exportações chinesas coincidiu com um aumento da renda, educação, saúde e indicadores sociais (o IDH da China subiu de 0,499, em 1990, para 0,761, em 2019). Além disso, também foram significativas as melhorias gerais na infraestrutura e houve avanços expressivos em tecnologia (exceto na área de proteção ambiental).

Figura 8. Trajetória do PIB e Exportações do Brasil e PIB e Exportações da China (1980-2020)



Fonte: WEO/FMI e WTO/OMC, 2024.

¹³ Os modelos *Export-led* e *Wage-led* são estratégias de crescimento econômico que se baseiam em diferentes motores para estimular o desenvolvimento. O modelo *Export-led*, ou crescimento orientado para a exportação, se baseia na ideia de que a economia de um país pode crescer rapidamente ao focar na produção de bens e serviços para exportação. Este modelo é frequentemente adotado por países em desenvolvimento que buscam integrar-se na economia global, aumentar sua participação no comércio internacional e atrair investimento estrangeiro. Por sua vez, o modelo *Wage-led*, ou crescimento liderado por salários, se baseia na ideia de que aumentos salariais e melhoria das condições de trabalho podem estimular o crescimento econômico. Este modelo enfatiza a importância da demanda interna e do consumo das famílias como motores principais do crescimento.

Considerações Finais

A China figura como o principal parceiro comercial do Brasil, desempenhando um papel crucial tanto nas exportações quanto nas importações, o que contribui substancialmente para o saldo comercial favorável do Brasil. Isso resulta em uma entrada significativa de divisas, o que, por sua vez, alivia a restrição externa ao crescimento relacionada ao balanço de pagamentos. Contudo, é importante notar que o padrão de comércio entre Brasil e China tem sido desfavorável em termos de especialização produtiva nas exportações brasileiras, que tendem a ser concentradas em produtos primários, enquanto as importações consistem principalmente em bens manufaturados.

Como visto, essa relação comercial bilateral registra para o Brasil, sobretudo nas últimas décadas, um desequilíbrio significativo nas trocas, com um grande *superávit* em *commodities* da agropecuária, como soja, e da indústria extrativa, como minério de ferro e petróleo, juntamente com um *déficit* expressivo na indústria de transformação. Em outras palavras, a crescente demanda do gigante asiático por recursos naturais reflete o aumento das exportações brasileiras de *commodities*, porém limita a pauta exportadora do país a pouquíssimos bens.

Além disso, a concentração das exportações em poucos produtos primários e *commodities* pode aumentar a vulnerabilidade da economia brasileira a flutuações nos preços e na demanda desses produtos, além de gerar uma maior dependência em relação a essas mercadorias na economia nacional. Por outro lado, em um contexto onde a ampliação das importações está associada ao crescimento econômico, é crucial destacar os efeitos que podem ser desencadeados pelo aumento das compras externas, como o incremento da eficiência produtiva, o estímulo ao investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D), e a capacidade de adaptação dos setores industriais. Prevê-se que, com maior competição, surjam novos métodos de produção visando aprimoramentos, o que pode ser vantajoso para a economia, gerando externalidades positivas que promovam um maior desenvolvimento econômico.

Entretanto, é essencial abordar a questão das importações com cautela, pois a indústria local pode sofrer impactos negativos quando não consegue se ajustar e competir com os produtos importados. Portanto, é necessário que as políticas econômicas apoiem as iniciativas voltadas para o crescimento econômico e também incentivem o desenvolvimento da economia, criando, assim, um ambiente propício para os negócios locais.

Historicamente, políticas industriais, tecnológicas e de comércio exterior têm sido empregadas para diversificar a estrutura produtiva em direção a setores com maior capacidade de geração de valor, tecnologia e inovação, destacando-se a indústria de transformação. Recentemente, observa-se uma intensificação das políticas industriais em países ricos e em desenvolvimento, visando à reindustrialização e às mudanças na estrutura produtiva mencionadas anteriormente.

A China é um exemplo recente de uma economia que alcançou uma industrialização acelerada por meio dessas políticas industriais e um planejamento estatal de longo prazo empenhado em alcançar a vanguarda tecnológica em vários setores. Em contraste, a política econômica brasileira tem se orientado para um processo de abertura econômica nas últimas três décadas, especialmente por meio de medidas unilaterais de liberalização no comércio exterior e de bens industriais, afastando-se da preocupação com o desenvolvimento produtivo e industrial observada entre as principais economias mundiais.

A avaliação da posição do Brasil nas cadeias produtivas globais e a formulação de políticas para o desenvolvimento produtivo, tecnológico e a redução da dependência de *commodities* são cruciais para o desenvolvimento econômico e social do país. Diante do

cenário internacional e do desequilíbrio comercial do Brasil com a China, novas estratégias para a política econômica devem ser consideradas, incluindo políticas industriais voltadas para o desenvolvimento nacional.

Nos últimos anos, salvo raros momentos (devido à mudança de governo no Brasil, que criou certa animosidade com o governo chinês, especialmente durante a pandemia de Covid-19), as relações sino-brasileiras têm convergido ao plano mais alto da política internacional e à procura permanente de realizações comuns na economia, no campo científico e tecnológico e no intercâmbio cultural e acadêmico. Logo, nota-se uma valorização estratégica que emerge dessa cooperação, sobretudo no enfrentamento dos desafios postos aos países em desenvolvimento pelas transformações em curso na ordem econômica e política internacional.

Portanto, repensar o lugar de inserção do Brasil nesse cenário é fundamental. Deste modo, o legado do estruturalismo da CEPAL continua a ser uma referência importante para o debate sobre desenvolvimento econômico, desigualdade e políticas industriais na América Latina, oferecendo perspectivas valiosas para a construção de estratégias de crescimento econômico mais equitativas e sustentáveis.

As propostas de uma “nova” industrialização por substituição de importações, ou de um “modelo de desenvolvimento verdadeiramente autônomo”, como defendido por Maria da Conceição Tavares, refletem a busca por um desenvolvimento soberano, com ênfase no papel ativo do Estado e que seja capaz de mitigar os desequilíbrios internos e externos que historicamente perpetuam o subdesenvolvimento nas economias latino-americanas, e também no Brasil.

A abordagem estruturalista, ao propor políticas de intervenção estatal e proteção à indústria nascente, visava a criação de um mercado interno robusto e a redução da vulnerabilidade econômica. Embora tenham enfrentado críticas, especialmente com a ascensão do neoliberalismo nas décadas seguintes, as ideias centrais do estruturalismo da CEPAL continuam a oferecer uma perspectiva valiosa para o debate contemporâneo sobre (sub)desenvolvimento econômico, desigualdade e políticas industriais. Assim, o legado dessa corrente teórica permanece relevante, fornecendo uma rica e profícua base analítica para a formulação de estratégias que promovam um crescimento econômico mais equitativo e sustentável no Brasil e na América Latina.

Referências

- ALI, G.; LI, Z. **Exports-led growth or growth-led exports in the case of China and Pakistan: An empirical investigation from the ARDL and Granger causality approach.** *International Trade Journal*, 32(3), p. 293–314, 2018.
- BALDWIN, R. **Trade and industrialization after globalization's second unbundling: How building and joining a supply chain are different and why it matters.** Chicago: University of Chicago Press, 2013.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – Vol. I e II.** Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BORJA, Bruno. **Raúl Prebisch e seus manifestos: momentos de formação da CEPAL.** *Revista de Economia Contemporânea* (2021) 25(1): p. 1-19.
- BRASIL. Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)/ Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/comercio-exterior>. Acesso em: 25/03/2024.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>.
- CABRAL, Severino. **Encontro entre Brasil e China: cooperação para o século XXI.** *Rotas de Interesse. Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 43, jun/2000.

CANÔNICO, Marco Aurélio. Relação bilateral entre Brasil e China vive ápice aos 50 anos. **Valor Econômico/O Globo**, São Paulo, 23 jan. 2024. Economia / Brazil China Meeting. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/brazil-china-meeting/noticia/2024/01/23/relacao-bilateral-entre-brasil-e-china-vive-apice-aos-50-anos.ghtml>. Acesso em: 11/07/2024.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. Disponível em: <https://www.cepal.org>. Acesso em: 10/07/2024.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – Vol. I e II**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Criatividade e dependência da civilização industrial**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

GIDDENS, Antony. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Presença, 2000.

GÓMEZ, J. M. **Afinal, o que é a globalização**. Nuevamerica. Rio de Janeiro, nº 98, 2003.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. **Relações econômicas entre Brasil e China: análise dos fluxos de comércio e investimento direto estrangeiro**. Revista Tempo do Mundo, v. 2, n. 1, jan/2016.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M.; MELITZ, M. J. **Economia internacional**. 10.ed. Editora Pearson Education do Brasil, São Paulo, 2015.

LIMA, Sérgio E. M. (Org.). **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas – análises e documentos**. Brasília: FUNAG, 2016.

LIMA, Pedro G. da Costa. **Evolução recente da balança comercial Brasil-China**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Brasil-China: uma parceria predatória ou cooperativa?** Revista Tempo do Mundo, v. 2, n. 1, jan/2016.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: PREBISCH, R. **O manifesto latino-americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, [1949] 2011. p. 95-151.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, Coleção “Os economistas”, 1982.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, Coleção “Os economistas”, 1983.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. 5ª ed. Revisada. São Paulo: Atlas, 2007.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

UNITED NATIONS COMTRADE DATABASE (UN COMTRADE). Disponível em: <https://comtradeplus.un.org>. Acesso em 25/03/2024.

VERÍSSIMO, M. P. **Perfil exportador e Crescimento Econômico dos estados da região sudeste brasileira**. Revista de Economia do Nordeste, v. 47, n. 1, p. 65–80, 2016.

VILLELA, E.V. M. **As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês**. Grupo de Estudos da Ásia – Pacífico, PUC/SP, 2004.

WORLD ECONOMIC OUTLOOK. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEQ>. Acesso em: 23/05/2024.

WORLD TRADE ORGANIZATION. Disponível em: <https://www.wto.org>. Acesso em: 23/05/2024.